



Simulado Especial **MP RS**

Técnico do MP
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial MP-RS (Técnico do MP)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **MP-RS**, cargo de **Técnico do MP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/V7jAR1fCDyf5jJDo8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/y8R9>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**INFORMÁTICA***Emannuelle Gouveia*

1. Em relação à manipulação e identificação de arquivos no Windows 10, é correto afirmar que:
 - a) Um arquivo com extensão .exe é exclusivamente destinado à leitura em programas de texto, como o Bloco de Notas.
 - b) Arquivos com extensão .zip não podem ser abertos no Windows sem o uso de programas de terceiros.
 - c) Ao renomear um arquivo e remover sua extensão, o sistema continuará identificando corretamente o tipo do arquivo.
 - d) Um arquivo com extensão .xlsx, quando clicado, será aberto por padrão no Excel, desde que esse programa esteja instalado e associado.
 - e) Arquivos do tipo .dll não são usados em sistemas Windows.
2. No que diz respeito à utilização de ferramentas do pacote LibreOffice 7.1.1, é correto afirmar que:
 - a) O Writer não permite inserção de sumário automático, recurso disponível apenas no Microsoft Word.
 - b) O Calc não possui funções matemáticas como SOMA e MÉDIA, exigindo o uso de complementos externos.
 - c) O Impress não suporta animações entre slides, sendo limitado a transições simples de tela.
 - d) O Writer permite o uso de estilos para formatação de títulos e parágrafos, organizando visualmente o conteúdo.
 - e) O Calc não é compatível com planilhas salvas no formato .ods, que é exclusivo do Microsoft Excel.

3. Sobre Segurança da Informação, é correto afirmar que:
 - a) Spyware é um tipo de programa que se instala com o objetivo de proteger o sistema contra ataques externos.
 - b) O phishing é um tipo de golpe que utiliza e-mails, sites ou mensagens falsas para capturar informações sigilosas do usuário.
 - c) O spam é um vírus que se espalha automaticamente por meio de pendrives infectados.
 - d) Um firewall é usado para realizar backup automático de arquivos armazenados em nuvem.
 - e) Um malware só pode causar danos ao sistema se for baixado por meio de sites de redes sociais.
4. Quanto aos conceitos básicos de hardware, é correto afirmar que:
 - a) A placa-mãe é o principal componente responsável apenas pelo armazenamento dos dados do usuário.
 - b) A memória RAM é usada para armazenar dados de forma permanente, mesmo com o computador desligado.
 - c) A CPU é considerada o “cérebro” do computador, pois executa instruções e processa dados.
 - d) O HD é um tipo de memória volátil, similar à memória cache da CPU.
 - e) Os discos ópticos (CD e DVD) não podem mais ser lidos em nenhum equipamento atual.

5. Em relação ao uso e compartilhamento de arquivos na nuvem, é correto afirmar que:
- a) Serviços como Google Drive, OneDrive e Dropbox permitem apenas armazenar arquivos localmente no computador.
 - b) O protocolo FTP é utilizado exclusivamente para criptografar documentos compartilhados por e-mail.
 - c) O OneDrive não possui integração com o pacote Microsoft Office.
 - d) Ao compartilhar um arquivo por meio de link público na nuvem, o controle de acesso é fornecido a quem possui o link.
 - e) O Google Drive não pode ser acessado via navegador, exigindo aplicativo instalado.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

6. Em um universo paralelo ao nosso, há um planeta onde moram apenas dois habitantes: os irmãos ZAM e ZUM. Quando questionados sobre algum tema, os irmãos sempre respondem com uma única dentre as duas seguintes palavras: sim ou não. Sabe-se que ZAM sempre diz a verdade e ZUM sempre mente. Diante do exposto, qual das perguntas abaixo, qual é a única que, se for feita tanto para ZAM quanto para ZUM, gerará respostas diferentes?
- a) Seu irmão é mentiroso?
 - b) Você é mentiroso?
 - c) Você é o ZAM?
 - d) ZUM é mentiroso?
 - e) Seu irmão chama-se ZAM?

7. Se minha bicicleta não é verde, então Maria é médica. Se minha bicicleta é verde, então CH não é professor. Ora, CH é professor. Logo:
- a) a minha bicicleta é verde e Maria não é médica.
 - b) a minha bicicleta não é verde e Maria é médica.
 - c) a minha bicicleta é verde e Maria é médica.
 - d) a minha bicicleta não é verde e Maria não é médica.
 - e) se CH é professor, então Maria não é médica.

8. Em Porto Alegre, José e Carlos, individualmente, fizeram doações individuais para uma creche da periferia. Sabe-se que Carlos doou o triplo da quantia doada por José, e que 60% da quantia doada por José e 50% da quantia doada por Carlos foram destinados à compra de roupas.

Pode-se afirmar que, em relação ao valor total doado pela dupla, o percentual que NÃO teve como finalidade a compra de roupas correspondeu a:

- a) 40%.
- b) 44%.
- c) 42%.
- d) 47,5%.
- e) 50,2%.

9. Observando a sequência de números abaixo,

4 3 2 1 6 5 4 3 2 1 6 5 4 3 2 1 6 5 ...

concluimos que o 500º número é:

- a) 6
- b) 1
- c) 5
- d) 3
- e) 4

10. As irmãs Ana, Bia e Carla receberão de herança do pai delas a quantia de R\$ 171.000,00. Segundo o testamento, essa quantia deverá ser dividida em partes proporcionais ao número de filhos de cada uma. Sabe-se que Ana tem um filho a menos que Bia que, por sua vez, tem dois filhos a mais que Carla. Se o número total de filhos das três moças é igual a 9, qual o valor recebido por Bia?

- a) R\$ 38.000,00.
- b) R\$ 76.000,00.
- c) R\$ 98.000,00.
- d) R\$ 36.000,00.
- e) R\$ 72.000,00.

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO: Exposição “Os Celeiros de Farturas” celebra a criação de Mato Grosso do Sul

O Arquivo Público Estadual, localizado no segundo andar do Memorial da Cultura, está aberto para a visitação da exposição “Os Celeiros de Farturas”. A mostra, que celebra a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, traz o processo de construção dos símbolos estaduais, como a bandeira, o brasão de armas e o hino. A exposição estará aberta ao público até o dia 15 de janeiro.

A escolha dos símbolos foi um momento histórico na formação do estado, após a assinatura da Lei Complementar nº 31/1977, em 11 de outubro daquele ano, que oficializou a divisão do antigo Estado de Mato Grosso, criando o Estado de Mato Grosso do Sul. Apesar de a criação oficial ter ocorrido em 1º de janeiro de 1979, entre a criação e a instalação, o estado ainda fazia parte de Mato Grosso, com diversas ações organizadas a partir de Campo Grande, a futura capital.

A exposição foca nas etapas dessa transição e na escolha dos símbolos que representariam o novo estado. Por meio de documentos originais, cartas, rascunhos e até um documentário, a mostra conta a história do

processo que envolveu um concurso para a escolha do brasão e da bandeira, além da construção do hino estadual. Os visitantes poderão ver de perto a primeira bandeira de Mato Grosso do Sul, que faz parte do acervo exposto, acompanhada de textos explicativos que detalham a importância de cada símbolo na construção da identidade do estado.

(Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/exposicao-os-celeiros-de-farturas-celebra-a-criacao-de-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 12 jan. 2025)

11. Qual é o tema principal do texto?

- a) A rivalidade histórica entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- b) A importância de visitar o Memorial da Cultura em Campo Grande.
- c) A celebração da criação de Mato Grosso do Sul por meio de uma exposição que destaca a formação dos símbolos estaduais.
- d) A instalação política de Campo Grande como capital federal.
- e) A trajetória de artistas sul-mato-grossenses responsáveis pela criação do hino estadual.

12. De acordo com o texto, a criação oficial do Estado de Mato Grosso do Sul ocorreu em:

- a) 11 de outubro de 1977, com a instalação imediata do novo estado.
- b) 1º de janeiro de 1979, após um período de transição desde a lei que autorizou a divisão.
- c) 15 de janeiro de 1979, data em que a exposição foi aberta ao público.
- d) Outubro de 1979, conforme estabelecido pelo brasão do estado.
- e) 1975, quando se iniciou o processo de separação com Campo Grande como capital.

13. A partir do texto, é possível concluir que a exposição “Os Celeiros de Farturas” busca:

- a) Enfatizar a diversidade cultural atual do estado de Mato Grosso do Sul.
- b) Demonstrar como a divisão territorial do Mato Grosso foi um erro político.
- c) Valorizar o papel dos documentos históricos na construção da identidade estadual.
- d) Promover a substituição dos símbolos estaduais por versões mais modernas.
- e) Criticar a lentidão na instalação administrativa do novo estado.

14. O verbo destacado em “O professor explicou os conceitos com clareza” apresenta a mesma regência do verbo destacado em:

- a) O aluno **respondeu** à pergunta com segurança.
- b) A equipe **assistiu** ao jogo no auditório.
- c) A palestrante **comentou** os principais tópicos do relatório.
- d) O candidato **aludiu** aos resultados da pesquisa.
- e) O juiz **implicou** com o comportamento do réu.

15. Assinale a alternativa em que o uso do acento indicativo de crase está correto:

- a) O documento foi entregue à ele pessoalmente.
- b) Chegamos à conclusão depois de muita análise.
- c) Eles foram à pé para o trabalho.
- d) A criança obedeceu à todas as regras sem reclamar.
- e) Nunca fui à aquele restaurante japonês.

16. Assinale a alternativa em que a forma verbal não está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

- a) Quando eles detiverem o suspeito, avisarão a polícia.
- b) Caso eles houverem provas suficientes, a denúncia será feita.

c) Se os gestores antevirem riscos, poderão agir com antecedência.

d) Os técnicos previram corretamente o resultado da pesquisa.

e) Ela repôs os livros na estante logo após a leitura.

17. Assinale a alternativa em que a(s) vírgula(s) tenha(m) sido empregada(s) de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

a) As empresas devem, adotar políticas de responsabilidade social para manterem-se competitivas.

b) A responsabilidade social, é uma prática adotada por muitas organizações contemporâneas.

c) Quando bem aplicada a responsabilidade social, contribui para a valorização da marca.

d) As ações sociais, promovidas pelas empresas, muitas vezes são vistas com ceticismo pelos consumidores.

e) O marketing social é eficiente, ele, porém deve ser coerente com os valores da empresa.

18. A palavra *juízes* possui um hiato acentuado. Assinale a alternativa em que a palavra também apresenta hiato acentuado segundo a mesma regra:

a) juiz

b) balaustre

c) veem

d) rainha

e) heroico

19. Quanto ao emprego do acento gráfico, assinale a alternativa em que a palavra sofre alteração gráfica de acentuação ao passar para o plural:

a) útil

b) difícil

c) órgão

d) jovem

e) juiz

20. Assinale a alternativa em que há concordância nominal adequada:

- a) As funcionárias ficaram meia preocupadas com o resultado.
- b) Os documentos foram entregue corretamente no setor responsável.
- c) As meninas estavam bastante animadas com a apresentação.
- d) Era proibido a entrada de alimentos no local.
- e) As alunas chegaram atrasado para a prova.

21. Assinale a alternativa em que há concordância verbal adequada segundo a norma-padrão da língua portuguesa:

- a) Mais de um eleitor manifestaram sua opinião nas redes sociais.
- b) Fazem dez anos que ele deixou a vida pública.
- c) Havia muitos motivos para a sua demissão.
- d) Precisa-se de reformas estruturais urgentes no sistema.
- e) Realizaram-se, ontem, a cerimônia de posse.

22. Assinale a alternativa em que a norma-padrão da língua portuguesa está plenamente respeitada quanto ao uso das palavras e das regras ortográficas:

- a) Aonde você quer chegar com esse comportamento agressivo?
- b) Houve uma seção extraordinária para debater os filmes indicados ao prêmio.
- c) À medida em que os anos passam, aumentam os desafios.
- d) Fazem muitos anos que ele se aposentou da carreira pública.
- e) Ao invés de elogiar, criticou a apresentação impecável.

23. Assinale a alternativa em que a norma-padrão da língua portuguesa está plenamente respeitada quanto ao uso das palavras e das regras gramaticais:

- a) Nos esquecemos daquele conselho que, talvez, teria evitado o problema.
- b) Os alunos visam boas notas, sem medir as consequências de seus atos.
- c) Informaram-me todos os detalhes da reunião, os quais assisti atentamente.
- d) Chegou atrasada à reunião, fato que implicou em sua reprovação.
- e) Os alunos se recordam desse autor com entusiasmo.

24. A palavra que foge a qualquer regra previsível de formação do plural, como ocorre com “estação → estações”, é:

- a) campeão
- b) canção
- c) cidadão
- d) lição
- e) televisão

25. Em “Ela disse isso claramente, e o discurso foi mais coerente do que o anterior”, os termos destacados são, respectivamente:

- a) pronome demonstrativo e artigo definido.
- b) pronome pessoal e pronome demonstrativo.
- c) advérbio de intensidade e artigo definido.
- d) pronome demonstrativo e pronome demonstrativo.
- e) artigo definido e pronome demonstrativo.

26. A frase abaixo em que a preposição tem uso obrigatório é:

- a) O professor explicou o conteúdo com muita paciência.
- b) A cidade foi premiada com investimentos em cultura.
- c) Os estudantes estavam ansiosos pela divulgação do resultado.
- d) O artista encantou o público com sua performance.
- e) A comunidade protesta as novas medidas adotadas.

27. Considere a frase:

“Se os alunos se dedicarem com constância, os resultados serão melhores do que os do ano passado.”

As expressões “se” e “do que” estabelecem, respectivamente, relações sintático-semânticas de:

- a) condição e consequência
- b) causa e comparação
- c) condição e comparação
- d) finalidade e modo
- e) tempo e proporção

28. Assinale a alternativa que apresenta o mesmo valor do vocábulo “se” presente em:

“Consertam-se celulares de todas as marcas nesta loja.”

- a) A menina cortou-se ao brincar com vidro quebrado.
- b) Se chover amanhã, o passeio será adiado.
- c) Procuram-se voluntários para o projeto ambiental.
- d) Ele se enganou de endereço.
- e) Se todos contribuíssem, o problema estaria resolvido.

29. Assinale a alternativa que mantém o sentido e a correção gramatical da conjunção destacada na frase:

“Desde que você cumpra os prazos, poderá assumir novas responsabilidades.”

- a) Embora
- b) Porque
- c) Caso
- d) Porquanto
- e) Mesmo que

30. Leia o trecho abaixo:

“A água cobre cerca de 71% da superfície do planeta Terra. A maior parte está concentrada nos oceanos, sendo imprópria para o consumo humano.”

A função da linguagem predominante nesse trecho é:

- a) conativa
- b) emotiva
- c) referencial
- d) poética
- e) fática

**MATÉRIA ESTATUTÁRIA E INSTITUCIONAL +
RESOLUÇÃO CNMP N.º 150/201**

Tiago Zanolla

31. Durante inspeção funcional no MP-RS, um auditor identificou que dois promotores atuaram de maneira contraditória no mesmo processo, em fases distintas, sem que houvesse interferência hierárquica. A corregedoria iniciou apuração, questionando se haveria quebra de princípio institucional. À luz da sistemática vigente, qual interpretação é mais adequada?

- a) A independência funcional foi violada, pois os membros do MP devem seguir orientação unificada da chefia superior.
- b) A atuação contraditória infringe o princípio da unidade, pois não se admite manifestações distintas em processos idênticos.
- c) A independência funcional foi preservada, pois os membros do MP podem formar convicções jurídicas próprias, mesmo divergentes.
- d) A manifestação do segundo promotor não poderia prevalecer, pois não se trata de função recursal.
- e) A hierarquia funcional impõe que um promotor siga os entendimentos previamente externados por outro.

32. Durante sessão de julgamento no STF, um Ministro considerou legítima a atuação do MP estadual na proposição de Reclamação Constitucional. Tal entendimento surpreendeu um servidor do MP-RS, que imaginava que apenas o PGR teria essa atribuição. Com base na sistemática da Aula 01, é correto afirmar que:

- a) A legitimidade para atuar no STF é exclusiva do Ministério Público da União.
- b) Os MPs estaduais não possuem atribuição para atuar diretamente em instâncias superiores.
- c) A atuação do MP estadual no STF exige prévia ratificação pelo Procurador-Geral da República.

d) A autonomia dos MPs estaduais garante-lhes legitimidade para atuação direta, conforme reconhecido pelo STF.

e) A CF veda qualquer atuação de MPs estaduais fora do seu território.

33. A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou sindicância para apurar suposta prática de irregularidade funcional por servidor estável. Durante o procedimento, verificou-se que os fatos, embora graves, não contavam com provas suficientes nem autoria claramente definida. Considerando o regime disciplinar aplicável aos servidores estaduais, é correto afirmar que:

- a) A autoridade deverá aplicar imediatamente a penalidade cabível com base no relatório da sindicância, ainda que não haja provas documentais.
- b) A sindicância deverá obrigatoriamente ser convertida em processo administrativo disciplinar, ainda que os fatos não indiquem autoria.
- c) Caso não haja infração evidente ou autoria identificada, a sindicância deve ser arquivada por ausência de objeto.
- d) A sindicância poderá resultar na aplicação de penalidades, desde que o relatório contenha elementos suficientes e o servidor tenha sido ouvido.
- e) Mesmo ausente infração funcional, a autoridade poderá encaminhar o relatório para processo criminal se houver indício de conduta inadequada.

34. Durante a análise do projeto de orçamento anual do MP-RS, um servidor questionou se a proposta deveria ser encaminhada em conjunto com os demais Poderes ou de forma autônoma. Considerando a Lei Complementar nº 7.669/1982 e a sistemática apresentada na Aula 05, assinale a alternativa correta:

- a) A proposta orçamentária do MP deve ser formulada em conjunto com o Poder Judiciário, para garantir uniformidade de critérios.
- b) A proposta é elaborada pelo MP e submetida à Assembleia Legislativa sem interferência do Executivo.
- c) A proposta deve ser encaminhada ao Executivo, que a submete ao Legislativo, respeitados os limites da LDO.
- d) O MP não tem autonomia orçamentária, devendo submeter sua proposta à aprovação prévia da Secretaria da Fazenda.
- e) A proposta é conjunta entre MP, TJ e Defensoria, sob supervisão do Tribunal de Contas do Estado.

35. A Assembleia Legislativa do RS instaurou Comissão para avaliar gastos com recursos próprios do MP-RS. Um analista argumentou que tal controle não deveria ocorrer, pois a instituição é autônoma. Com base na Lei Complementar nº 7.669/1982 e no conteúdo da Aula 05, é correto afirmar:

- a) A Assembleia Legislativa tem competência para exercer controle externo sobre o MP, com auxílio do TCE.
- b) O MP-RS é absolutamente imune a qualquer controle externo, por ser dotado de plena independência.
- c) O controle externo do MP é exercido exclusivamente pelo CNMP.
- d) O controle é realizado unicamente por auditoria interna do próprio MP.
- e) O TCE não pode atuar sobre as contas do MP, por se tratar de Poder independente.

36. Durante um curso de formação, um conselheiro do CNMP mencionou a criação do NUSAC. Um participante perguntou sobre sua natureza jurídica e limites de atuação. Com base na Resolução nº 150/2016 e Aula 20, é correto afirmar que:

- a) O NUSAC tem caráter permanente e integra a estrutura orgânica do CNMP.
- b) O NUSAC pode atuar em qualquer tipo de processo, inclusive com direitos indisponíveis.
- c) O NUSAC é órgão provisório, voltado à autocomposição em matérias de natureza disponível, nos processos do CNMP.
- d) O NUSAC atua exclusivamente em processos administrativos disciplinares.
- e) O NUSAC possui competência para intermediar conflitos entre órgãos do Ministério Público nos Estados.

37. No curso de uma mediação interna no CNMP, um membro colaborador eventual foi designado para atuar em nome do NUSAC. Um servidor questionou a legalidade da designação. Segundo a Resolução nº 150/2016, é correto afirmar:

- a) O membro colaborador é indicado pelo Presidente do CNMP e atua em todos os casos.
- b) O colaborador atua por designação coletiva dos conselheiros e integra o NUSAC permanentemente.
- c) A indicação do colaborador é feita pelo conselheiro que acionar o NUSAC, e sua atuação se limita ao(s) caso(s) designado(s).
- d) A participação do colaborador está restrita à conciliação, sendo vedada sua atuação em mediações.
- e) A designação do colaborador deve ser submetida à aprovação da Corregedoria Nacional.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

38. Cristiano, técnico do MPRS, valendo-se da qualidade de funcionário público, tirou proveito de seu prestígio na Instituição para patrocinar os interesses de sua prima, Juliana, de forma a obter tratamento privilegiado para determinada notícia de crime, sofrido por esta.

Nesse caso, é correto afirmar que Cristiano praticou o crime de:

- a) advocacia administrativa.
- b) exercício arbitrário das próprias razões.
- c) tráfico de influência.
- d) exploração de prestígio,
- e) corrupção passiva,

39. Osvaldo, técnico do MPRS, solicitou R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a Helena, investigada em determinado procedimento investigatório criminal, a fim de retardar o andamento do procedimento. Helena recusou a oferta, noticiando o fato à Corregedoria do órgão.

Nesse caso, é correto afirmar que Osvaldo praticou crime de:

- a) prevaricação.
- b) corrupção ativa consumada.
- c) corrupção ativa tentada.
- d) corrupção passiva tentada.
- e) corrupção passiva consumada.

40. Edenílson, chefe de determinada repartição na Prefeitura de Porto Alegre-RS, ocupante de cargo em comissão, tomou conhecimento de que Patrick, seu subordinado, havia praticado falta funcional no exercício do cargo. Como não tinha atribuição para aplicar a penalidade a Patrick, Edenílson não adotou nenhuma providência, deixando, por indulgência, de comunicar o fato à autoridade competente para tanto, pois entendia que Patrick era um bom funcionário e a falta deveria ser tolerada.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Edenílson configura:

- a) crime de prevaricação, majorado em um terço,
- b) crime de prevaricação, sem aumento de pena.
- c) crime de condescendência criminosa, majorado em um terço.
- d) crime de condescendência criminosa, sem aumento de pena.
- e) Fato atípico

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

41. Em uma audiência pública sobre planejamento orçamentário nacional, um deputado federal afirmou que determinadas regiões do país deveriam receber maior atenção do Poder Público, inclusive com benefícios fiscais, obras de infraestrutura prioritária e repasses adicionais, ainda que isso representasse um tratamento desigual em relação às demais regiões. Segundo o parlamentar, tais medidas estariam em conformidade com os objetivos constitucionais da República.

À luz da Constituição Federal de 1988, a afirmação do parlamentar:

- a) revela desrespeito ao princípio federativo, que exige tratamento igualitário e simétrico entre os entes da Federação.
- b) é incompatível com a ordem constitucional, por afrontar o postulado da isonomia entre os cidadãos de diferentes regiões.
- c) encontra respaldo nos objetivos fundamentais da República, especialmente na promoção da redução das desigualdades regionais.
- d) viola a legalidade, pois não há previsão constitucional para diferenciação de tratamento entre regiões dentro da política orçamentária.
- e) pressupõe emenda constitucional para ser viabilizada, em razão da exigência de uniformidade na aplicação dos recursos públicos.

42. A respeito da repartição de competências delineada pela Constituição Federal, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre:

- a) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- b) organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
- c) direito civil, comercial, penal, processual e econômico.
- d) proteção à infância e à juventude.
- e) proteção e tratamento de dados pessoais.

43. Em meio a uma grave crise ambiental provocada por desmatamentos ilegais em larga escala, o Presidente da República concedeu entrevista coletiva na qual anunciou que determinaria ao Ministro do Meio Ambiente, ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Poder Judiciário a adoção imediata de medidas de fiscalização, apuração de responsabilidades e aplicação de sanções aos infratores. Além disso, afirmou que se o Ministro do Meio Ambiente não cumprisse a determinação presidencial seria exonerado do cargo.

À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) o Presidente da República possui competência para determinar as medidas a serem adotadas pelo MPF e pelo Judiciário em situações excepcionais, como as que envolvem crise ambiental.
- b) o chefe do Poder Executivo pode exonerar o Ministro do Meio Ambiente, mas não pode impor comandos vinculantes ao Ministério Público Federal nem ao Poder Judiciário.
- c) o Presidente pode exonerar o Ministro do Meio Ambiente e determinar medidas tanto ao MPF quanto ao Judiciário, desde que haja decreto de intervenção federal.
- d) a atuação do Presidente da República está amparada no princípio da supremacia do interesse público, que justifica o comando vinculante a todos os órgãos do Estado.

e) a crise ambiental justifica o exercício do poder de polícia direta pelo Chefe do Executivo, inclusive sobre órgãos com autonomia funcional, como o Ministério Público.

44. Maria e Carlos são vizinhos confrontantes em um bairro residencial e têm problemas frequentes devido ao barulho gerado por uma oficina que Carlos administra em sua propriedade. Sendo uma área predominantemente residencial, Maria está preocupada com a possibilidade de desvalorização do seu imóvel, que é de alto luxo, dada as suas excelentes condições financeiras, além do incômodo diário. Ao conversar com os demais vizinhos, eles informaram que o barulho produzido na oficina não chega a perturbá-los. Decidida a resolver a situação, Maria considera a possibilidade de mover uma ação contra Carlos para cessar as atividades da oficina.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- a) Maria deve procurar um juiz de paz para resolver a questão, pois este tipo de conflito não pode ser judicializado.
- b) Por se tratar de questões relativas à poluição sonora, de interesse difuso, Maria pode recorrer diretamente ao Ministério Público para mover a ação.
- c) Maria precisa de um advogado ou de acesso à Defensoria Pública para ajuizar uma ação de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) por se tratar de interesse privado e em razão da situação pessoal de Maria, ela precisa de um advogado para o ajuizamento da ação, não de um Defensor Público.
- e) por dizer respeito ao direito de propriedade, que tem a natureza de direito fundamental, a ação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

**DIREITO ADMINISTRATIVO E LEI GERAL DE
PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**

Fabiano Pereira

45. No que se refere à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A administração pública indireta é composta por órgãos que integram a estrutura central dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- b) Autarquias e fundações públicas integram a administração pública direta, estando subordinadas aos Ministérios da União.
- c) As entidades da administração pública indireta possuem personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e patrimônio próprio.
- d) Empresas públicas e sociedades de economia mista integram a estrutura dos Ministérios, razão pela qual não possuem personalidade jurídica.
- e) Os Ministérios são exemplos de entidades da administração indireta, pois se vinculam à Presidência da República, que integra o Poder Executivo.

46. Com base nos elementos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) A competência, como elemento do ato administrativo, é sempre delegável e passível de convalidação, mesmo quando for exclusiva.
- b) A forma é o único elemento que admite convalidação, por não afetar o conteúdo do ato administrativo.
- c) A finalidade refere-se ao objetivo mediato do ato, que deve sempre corresponder ao interesse público.
- d) O motivo do ato administrativo é sempre discricionário, não podendo ser objeto de controle judicial.
- e) O objeto diz respeito às circunstâncias de fato e de direito que justificam a prática do ato administrativo.

47. No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O poder hierárquico não admite delegação entre órgãos distintos e sem relação de subordinação.
- b) O poder disciplinar é o que permite à Administração impor sanções aos particulares em geral.
- c) O poder regulamentar permite ao chefe do Executivo editar decretos autônomos em qualquer situação.
- d) O poder discricionário permite a atuação do administrador dentro dos limites da legalidade, com liberdade quanto à conveniência e oportunidade.
- e) O poder de polícia é sempre vinculado, não comportando juízo de valor por parte da Administração.

48. Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade objetiva do Estado fundamenta-se na teoria da culpa administrativa, segundo a qual é necessário comprovar dolo ou culpa do agente público.
- b) A responsabilidade civil do Estado é contratual, surgindo de compromissos firmados entre a Administração e o particular.
- c) A teoria do risco administrativo, adotada no Brasil, admite a responsabilização do Estado mesmo sem comprovação de dolo ou culpa.
- d) Segundo a teoria do risco integral, o Estado somente responde se comprovada a culpa exclusiva de seus agentes.
- e) A responsabilidade civil do Estado está prevista no art. 186 do Código Civil.

49. Assinale a alternativa **incorreta** de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos - nº 14.133/2021:

- a) O leilão deverá ser cometido a leiloeiro oficial designado pela autoridade competente da Administração e o regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.
- b) O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.
- c) É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação delas.
- d) O processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- e) Estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

50. No tocante ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle interno é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas sobre os atos do Executivo.
- b) O controle externo é sempre exercido pelo Poder Executivo sobre os atos do Legislativo.
- c) O controle judicial da administração alcança o mérito do ato administrativo, substituindo a discricionariedade do agente.
- d) O controle administrativo compreende a possibilidade de a própria Administração rever seus atos, de ofício ou mediante provocação.

e) A iniciativa do controle da Administração é sempre atribuída aos órgãos de controle e jamais ao administrado.

51. No que diz respeito aos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam publicados em diário oficial.
- b) A moralidade administrativa impõe que os atos públicos se submetam a juízo ético, além do jurídico.
- c) A eficiência, como princípio implícito, não está prevista expressamente na Constituição Federal.
- d) A legalidade administrativa significa que o agente pode agir conforme sua vontade, desde que não contrarie a lei.
- e) A impessoalidade impede a divulgação de atos administrativos com o nome do órgão que os praticou.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

52. Em um processo administrativo disciplinar, o servidor alega que a decisão que o puniu não considerou os efeitos práticos de sua aplicação, tampouco apresentou motivação clara sobre a razoabilidade da sanção. Com base na LINDB, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão administrativa não está obrigada a considerar consequências práticas quando aplica penalidades previstas em lei.
- b) A motivação da decisão administrativa que invalida ato é prescindível em relação à indicação das consequências jurídicas.
- c) A autoridade administrativa deve fundamentar sua decisão com base nas consequências práticas do ato.
- d) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não precisa se considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, mas, sim, quanto às exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- e) A LINDB apenas se aplica às decisões judiciais, não alcançando o campo administrativo.

53. Joana nasceu com vida e foi registrada no cartório de pessoas naturais. Seu irmão, Pedro, ainda está no ventre da mãe. Diante dessa situação e conforme o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A personalidade civil de Joana só se inicia com o registro de nascimento.
- b) Pedro já possui personalidade civil plena desde a concepção.
- c) Joana adquiriu personalidade civil com o nascimento com vida; Pedro tem apenas expectativa de direito.
- d) Pedro e Joana são igualmente considerados pessoas plenamente capazes perante a lei.
- e) A lei não reconhece direitos ao nascituro, salvo se houver testamento.

54. Uma sociedade limitada realizou sua inscrição na Junta Comercial do estado. Com isso, seus sócios acreditam que a empresa já possui existência legal. Considerando o disposto no Código Civil, analise as alternativas:

- a) A existência legal da pessoa jurídica começa com a assinatura do contrato social entre os sócios.
- b) O início da personalidade jurídica exige, além do registro, a autorização expressa da Receita Federal.
- c) Mesmo sem registro, a sociedade pode ser considerada pessoa jurídica se exercer atividade econômica.
- d) A existência legal da pessoa jurídica começa com a inscrição de seus atos constitutivos no respectivo registro público.
- e) A pessoa jurídica só passa a ter existência legal após o início das atividades econômicas.

55. Carlos é advogado e mantém residência em duas cidades diferentes, onde atende clientes e passa períodos alternados do mês. Em caso de citação judicial, qual local poderá ser considerado seu domicílio conforme o Código Civil?

- a) Apenas o local onde está registrada sua OAB poderá ser considerado domicílio para fins legais.
- b) Será domicílio exclusivamente o endereço de sua residência principal.
- c) O domicílio do advogado será o local da sede da Seccional da OAB a que pertence.
- d) Carlos terá como domicílio qualquer uma das residências, se nelas viver alternadamente.
- e) Em hipótese alguma pode-se considerar mais de um domicílio para a mesma pessoa física.

56. Na sucessão de bens deixados por um produtor rural, surgem dúvidas sobre a natureza jurídica de uma plantação de café prestes a ser colhida, além de ter sido deixado um carro. À luz do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) A plantação será considerada bem móvel.
- b) Os frutos pendentes da colheita mantêm a condição de bens imóveis, já que não podem ser vendidos separadamente.
- c) A classificação dos bens em móveis, como o carro, depende de que se enquadre em uma das situações previstas em lei para que sejam considerados bens móveis por definição legal.
- d) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- e) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta.

57. Marcos perdeu um prazo judicial, mas pretende exercer seu direito mesmo após anos de inércia. Ele sustenta que o juiz deve reconhecer a prescrição de ofício. Já sobre um outro caso, ele perdeu o prazo e deu-se a decadência. Sobre esse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz poderá reconhecer de ofício a decadência, mesmo que seja convencional.
- b) A prescrição não pode ser alegada em grau recursal se não o foi na contestação.
- c) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e valerá, mesmo sendo feita com prejuízo de terceiro, só podendo ser efetivada depois que se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- d) A prescrição pode ser interrompida por despacho do juiz, desde que competente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

- e) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes e quando iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

**CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
BRASILEIRO (RESOLUÇÃO N.º 261/2023 –
CNMP) E RESOLUÇÃO CNMP N.º 276/2023**

Géssica Ehle

58. Nos termos da Resolução CNMP nº 276/2023, identifique a alternativa que não apresenta um dos princípios da Política Nacional do Ministério Público Digital – MP Digital:

- a) estímulo à atuação integrada e colaborativa entre ramos e unidades do Ministério Público.
- b) fortalecimento da identidade nacional do Ministério Público.
- c) preservação da autonomia institucional dos ramos e unidades do Ministério Público.
- d) estimular a cultura de integração entre os ramos e unidades do Ministério Público para o enfrentamento de problemas de forma colaborativa.
- e) regulação leve e flexível para assegurar a adaptabilidade e a agilidade necessárias para acompanhar as rápidas transformações tecnológicas.

59. O Código de Ética do Ministério Público brasileiro assegura que o membro do Ministério Público denunciará qualquer interferência que atente a alguns princípios. Nesse sentido, analise os itens abaixo:

- I. unidade
- II. indivisibilidade
- III. independência funcional
- IV. harmonia

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

60. Sobre o Código de Ética do Ministério Público brasileiro,

- I. Membro do Ministério Público guardará segredo sobre assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou função.
- II. O membro do Ministério Público utilizará linguagem escorreita, polida, respeitosa e compreensível.
- III. É vedado que membro do Ministério Público exerça atividade empresarial, exceto na condição de acionista ou cotista, e desde que não seja o controlador ou gerente.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) II e III.
- e) Nenhuma das assertivas.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
